



LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
CNPJ/MF 19.698.987/0001-98

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

1. Mensagem Da Administração. A Lago Azul Transmissão S.A., através de sua Diretoria, consoante com a prática do aprimoramento contínuo em busca da excelência, apresenta o Relatório da Administração relativo ao exercício de 2019 contemplando os desempenhos operacional, financeiro e de governança. A Companhia está promovendo as alterações de governança requeridas pela Lei nº 13.303/2016, através da revisão de seu Estatuto Social (em fase de aprovação), no qual ficou contemplada a utilização do Comitê de Elegibilidade de seus acionistas (CELG GT e FURNAS) e as funções do Comitê de Auditoria absorvidas pelo Conselho de Administração nos termos do Art. 10º, § 2º do Decreto 9.402/2019 de Goiás. Estes deverão reforçar a fiscalização, monitoramento e avaliações das atividades da Lago Azul, bem como auxiliar o acionista na verificação do atendimento aos requisitos e vedações daquela Lei no processo de indicação para funções em Conselhos e Diretorias. Ainda no contexto da Lei nº 13.303/2016, também serão adotados os códigos de ética, conduta e integridade de seus acionistas. Por se tratar de uma Sociedade de Propósito Específico, cabe à Cia. cumprir seu compromisso de bom prestar serviços de transmissão de energia elétrica através de suas instalações de transmissão (LT 230 kV Barro Alto-Itapaci - 2º circuito), conforme Contrato de Concessão nº 003/2014 - ANEEL e CPTS nº 011/2014 com o ONS. O foco central da Cia. resume-se aos aspectos operacionais, financeiros, de governança e socioambientais: • Aspecto Operacional - Máxima disponibilidade de suas instalações; • Aspecto Financeiro - Minimização de custos e otimização de resultados; • Aspectos de Governança - Busca permanente de atendimento às questões de governança preconizadas pela Legislação, Estatuto Social e programas de seus acionistas; • Aspectos Socioambientais - Rigorosa observância dos ditames legais com respeito ao meio ambiente, bem como os segmentos envolvidos. Para 2020, manteremos a expectativa de bons desempenhos operacionais, bem como financeiros, além da implementação de ajustes necessários em termos de governança. Joicyrmar Oliveira Lopes Vieira - Diretora - Presidente; Antonio Dirceu Magalhães Machado - Diretor Técnico e Financeiro. **2. Perfil e Negócio da Lago Azul S.A.** A Lago Azul atua no segmento de transmissão de energia elétrica com o propósito específico de operar e manter suas instalações de transmissão já descritas, garantindo as melhores condições de suas instalações, com o objetivo de cumprir com a necessidade de reforço estrutural do sistema de transmissão de energia elétrica na região de Itapaci, em Goiás. **2.1. Estrutura e Governança:** A Lago Azul, sociedade de economia mista, possui como acionistas a CELG-GT (50,1%) e FURNAS (49,9%), conforme estrutura societária da Cia. a seguir:

CELG GT (50,1%) e FURNAS (49,9%)
ACIONISTAS



Em atendimento à Lei das Estatúas, nº 13.303/2016, exige-se das empresas a existência de órgãos de governança para auxílio na gestão da empresa. A Lei estabelece uma série de mecanismos de transparência e governança a serem observados pelas Estatúas, tais como regras para divulgação de informações, práticas e gestão de riscos, códigos de conduta, formas de fiscalização pelo Estado e Sociedade, constituição e funcionamento de Conselhos, assim como requisitos mínimos para nomeação de dirigentes. A Lago Azul já contempla todas essas questões em seu novo Estatuto Social, ora em fase de aprovação final. A Direção da Empresa terá a sua composição alterada, reduzindo-se de cinco diretorias (Presidência, Técnica, Administrativa, Financeira e de Fundiário e Meio Ambiente) para três diretorias (Presidência, Administrativo Financeiro e de Engenharia e Operação). A Diretoria Administrativa Financeira incorpora também as atividades relacionadas às questões fundiárias e a Diretoria de Engenharia e Operação incorpora as atividades da Diretoria Técnica e também aquelas relacionadas às questões de Meio Ambiente. As atividades da Presidência são exercidas alternadamente, a cada dois anos, ora pelo Diretor Administrativo Financeiro, ora pelo Diretor de Engenharia e Operação. **2.2. Negócio:** A Lago Azul atua no segmento de transmissão de energia elétrica e, como

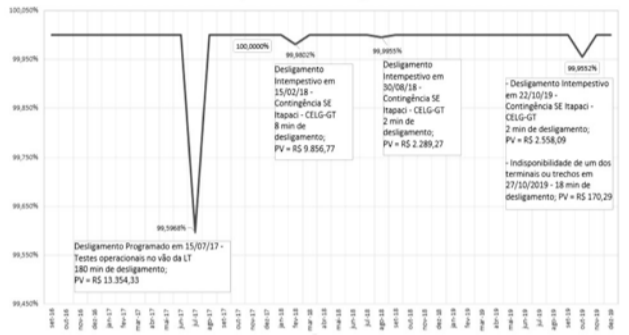
Balanco patrimonial em 31/12/2019 e 2018 (Em MR\$)

| ATIVO | Notas | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|-------|---------------|---------------|
| CIRCULANTE | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 5.970 | 5.389 |
| Concessionárias e permissonárias | | 397 | 434 |
| Impostos a recuperar | 5 | 424 | 324 |
| Ativos de contrato | 6 | 3.048 | 3.048 |
| Outros ativos circulantes | | 79 | 66 |
| Total do ativo circulante | | 9.918 | 9.261 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Ativos de contrato | 6 | 33.652 | 34.226 |
| Imobilizado líquido | | 7 | 10 |
| Total do ativo não circulante | | 33.659 | 34.236 |
| TOTAL DO ATIVO | | 43.577 | 43.497 |
| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| CIRCULANTE | | | |
| Fornecedores | 7 | 1.891 | 2.537 |
| Salários e encargos | | 59 | 75 |
| Obrigações fiscais | | 99 | 84 |
| Dividendos mínimos obrigatórios | | 326 | 1.170 |
| Encargos setoriais | | 66 | 46 |
| Outros passivos circulantes | | 436 | 1 |
| Total do passivo circulante | | 2.877 | 3.913 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Impostos diferidos | 8 | 1.209 | 1.139 |
| Total do passivo não circulante | | 1.209 | 1.139 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 10 | | |
| Capital social | | 35.156 | 35.156 |
| Reserva legal | | 292 | 223 |
| Reserva de retenção de lucros | | 4.043 | 3.066 |
| Total do patrimônio líquido | | 39.491 | 38.445 |
| TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 43.577 | 43.497 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31/12/2019 (Em MR\$).
1 Informações gerais: A Lago Azul Transmissão S.A. (Companhia), sociedade privada de capital fechado, foi constituída em 09 de março de 2013 e está estabelecida na R. Voluntários da Pátria, 113 - pavimento 6, bairro Botafogo, Cidade do Rio de Janeiro. A Cia. é uma Sociedade de Propósito Específico e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação e exploração de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Cia. assinou o Contrato de Concessão nº 03/2014 da ANEEL, com prazo estimado de entrada em operação em 30 meses a partir da data da assinatura com o prazo de concessão de 30 anos. **1.1 Da concessão:** A Cia. foi constituída a partir do Consórcio Lago Azul, vencedor do Lote D do Leilão de Transmissão nº 07/2013, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 14/11/2013. O Lote D é composto pela seguinte instalação, no Estado de Goiás: - LT 230 kV Barro Alto - Itapaci, C2 (69 km). As instalações de transmissão são compostas pela: • Linha de Transmissão Barro Alto - Itapaci, em 230 kV, circuito simples, segundo circuito, com extensão aproximada de 69 km, com origem na Subestação Barro Alto e término na Subestação Itapaci. • Com entradas de linhas, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. Em 19/09/2016, a Cia. entrou em operação passando a receber a RAP integralmente. A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 3.050 (Três milhões e cinquenta mil reais), valor histórico, e será corrigida anualmente, com base na variação do IPCA, no mês de julho de cada ano, nos termos do contrato de concessão, contados a partir do início da operação comercial. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo de julho de 2019 a junho de 2020, é de R\$ 4.264 (Quatro milhões, duzentos e sessenta e quatro mil reais). **1.2 Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI - junto às Autoridades Governamentais competentes:** A Cia., por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI (instituído pela Lei nº 11.488/2007) junto às Autoridades Governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão convertidas ao custo dos bens da concessão, à alíquota zero, conforme publicações no Diário Oficial em 3/10/2014 (Portaria MME 266/2014, de 2/10/2014) e 19/03/2015 (Ato Declaratório Executivo nº 71, pela RFB, de 17/03/2015). **2 Elaboração e apresentação das principais práticas contábeis:** As demonstrações financeiras da Cia., referentes ao exercício findo em 31/12/2019, foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Cia. adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, que estão em vigor em 31/12/2019. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação dessas demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, recuperabilidade dos impostos diferidos,

Sociedade de Propósito Específico (SPE), seu único negócio se trata de manter e operar a Linha de Transmissão de 230 kV Barro Alto- Itapaci - Circuito 2 e suas respectivas entradas de linha, referentes ao Lote - D do Leilão 007/2013 da ANEEL, conforme prescrições do Contrato de Concessão nº 003/2014 - ANEEL e do Contrato de Prestação do Serviço de Transmissão (CPTS) nº 011/2014 com o ONS. **2.3 Referências Estratégicas:** Em face de sua especificidade, a Lago Azul busca no curto, médio e longo prazos o cumprimento de suas obrigações perante os dois contratos citados acima, buscando o aprimoramento contínuo das atividades referentes a seu desempenho Operacional, Financeiro e de Governança consoantes com as práticas e determinações de seus acionistas, buscando a maximização da disponibilidade de suas instalações ao SIN, minimização de custos e riscos com respeito às práticas legais de Governança, respeito ao Meio Ambiente e motivação e desenvolvimento de seus colaboradores. **3. Investimentos:** A Lago Azul realizou seus investimentos principais durante a fase de implantação do empreendimento. A SPE reconhece ainda alguns passivos de investimento, em fase de negociação com fornecedores, no valor atualizado de R\$ 385 mil. Em termos de Investimentos futuros, resta ainda a aquisição de bens para compor a reserva de sobressalentes, equipamentos e sistemas, cujo valor estimado monta R\$ 1,500 milhão. Ainda como investimento, está em fase final de contratação a instalação de defensas para estações de 330 torres estações localizadas em áreas de cultura mecanizada, como forma de atenuar o risco de abaloamento de estações por equipamentos agrícolas, cujo valor monta em R\$ 84 mil. **4. Desempenho Operacional:** A Lago Azul tem como um de seus objetivos a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica com a maximização da disponibilização de suas instalações ao SIN, como mostrado no gráfico abaixo:

Histórico de Disponibilidade da Lago Azul Transmissão



5. Desempenho Econômico Financeiro: Houve alteração em relação à interpretação de Concessão, cuja forma de calcular os investimentos e ganhos futuros da SPE, que era efetuado antes de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e tratados como Ativo Financeiro, passou a ser tratado, nos termos do CPC 47 Receita de Contrato com Cliente, como Ativo de Contrato a partir de 01 de janeiro de 2018. Na ocasião foi utilizada uma modelagem financeira por meio da qual diversas rubricas do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício sofreram forte impacto, o que prejudicou sobremaneira algumas comparações com o exercício de 2019 relativas a rubricas como Receita, Lucro, EBITDA, dentre outros. Assim, avaliando questões operacionais e financeiras, observa-se que os custos e despesas operacionais sofreram um aumento da ordem 11,5%, passando de R\$ 856 mil em 2018 para R\$ 954 mil em 2019. Já em termos de resultados financeiros observa-se um aumento de 7,6%, considerando-se que em 2018 o resultado foi de R\$ 342 mil enquanto em 2019 registrou-se R\$ 368 mil. Em linhas gerais, segue síntese dos principais números da Lago Azul:

| | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|--------------------------------|--------|--------|--------|-------|-------|-------|
| ROL (R\$ Mil) | 2.096 | 15.853 | 18.541 | 9.307 | 6.905 | 3.304 |
| Margem Líquida (%) | -13,54 | 2,90 | 11,31 | 42,27 | 77,93 | 41,52 |
| EBITDA (R\$ Mil) | (374) | 245 | 2.850 | 3.827 | 5.447 | 1.319 |
| Lucro Líquido (R\$ Mil) | (284) | 459 | 2.098 | 3.934 | 5.381 | 1.372 |
| Endividamento (R\$ Mil) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Demonstração dos Resultados - Exercícios Findos em 31/12/2019 e 2018 (Em MR\$)

| | Notas | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|-------|--------------|--------------|
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | | 11 | 3.304 |
| Custo de Construção | | - | 452 |
| Despesas de operação e manutenção | | (609) | (715) |
| Gastos Operacionais | | (366) | (277) |
| Encargos setoriais | | (59) | (64) |
| LUCRO BRUTO | | 2.270 | 6.301 |
| DESPESAS OPERACIONAIS | | | |
| Pessoal | | (678) | (613) |
| Materiais | | (2) | - |
| Serviços de terceiros | | (229) | (220) |
| Tributos | | (12) | (3) |
| Arrendamentos e alugueis | | (30) | (17) |
| Depreciação | | (3) | (3) |
| Total | | (954) | (856) |
| LUCRO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS | | 1.316 | 5.445 |
| Receitas financeiras | | 375 | 347 |
| Despesas financeiras | | (7) | (5) |
| RESULTADO FINANCEIRO | 12 | 368 | 342 |
| LUCRO ANTES DO IR E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | 1.684 | 5.787 |
| Imposto de renda corrente | | (160) | (153) |
| Contribuição social corrente | | (83) | (80) |
| Imposto de renda diferido | | (72) | 45 |
| Contribuição social diferida | | 3 | (218) |
| Total | | (312) | (406) |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | 1.372 | 5.381 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Cia. revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras da Cia. apresentam informações comparativas ao exercício anterior e foram autorizadas pela Administração em 20/02/2020. a) Moeda funcional: As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. b) Base de preparação e mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos na data do fechamento do balanço, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram adotadas de modo consistente com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2019, e estão descritas a seguir: **2.1 Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **2.2 Receita operacional:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Cia. e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. **2.2.1 Receita de concessão: a) Receita de operação e manutenção:** As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção ("O&M") são determinadas com base nos valores atribuídos pela Administração estimados para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão. **b) Receita de construção:** A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47, que abrange os Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria), bem como as Receitas (serviços de operação - transmissão de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Cia. contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como próxima a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Cia. é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Cia. terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo financeiro indenizável em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver. **c) Receita de remuneração dos ativos de concessão:** A receita financeira de concessão corresponde à remuneração pela taxa de desconto, que corresponde à taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da receita anual permitida (RAP). **2.2.2 Receita de juros:** A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Cia. e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro indenizável em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. **2.3 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Cia. se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados

Demonstração dos Resultados Abrangentes

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|--------------|--------------|
| Lucro líquido do exercício | 1.372 | 5.381 |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Total dos resultados abrangentes do exercício | 1.372 | 5.381 |

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2019 (Em MR\$)

| | Capital social | Re-tenção de Lucros | Dividendos adic. acumulados | Prejuízos dos Lucros/Prejuízos | Total |
|----------------------------------|----------------|---------------------|-----------------------------|--------------------------------|---------------|
| Saldos Em 31/12/2017 | 35.156 | 325 | 152 | 4.298 | 39.931 |
| Ajustes do IFRS 15 em 01/01/2018 | - | - | - | (5.697) | (5.697) |
| Compensação de reservas | - | (325) | (152) | (4.298) | 4.775 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 5.381 |
| Constituição da reserva Legal | - | 223 | - | - | (223) |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | - | (1.170) |
| Reserva de retenção de lucro | - | - | 3.066 | - | (3.066) |
| Saldos Em 31/12/2018 | 35.156 | 223 | 3.066 | - | 38.445 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 1.372 |
| Constituição da reserva Legal | - | 69 | - | - | (69) |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | - | (326) |
| Reserva de retenção de lucro | - | - | 977 | - | (977) |
| Saldos Em 31/12/2019 | 35.156 | 292 | 4.043 | - | 39.491 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 (Em MR\$)

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|-------------------|-------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 1.684 | 5.787 |
| Ajuste de itens que não causaram impacto no caixa | | |
| Rendimentos sobre ativo de contrato | (2.473) | (2.484) |
| Depreciação | 3 | 3 |
| Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais | 37 | (20) |
| Concessionárias e permissonárias | (100) | (64) |
| Ativo de contrato | 3.048 | (124) |
| Outros ativos circulantes | (13) | 1 |
| Fornecedores | (646) | (293) |
| Obrigações fiscais | (228) | (285) |
| Encargos setoriais | 20 | 18 |
| Salários e encargos | (16) | (5) |
| Outros passivos circulantes | 435 | (395) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | 1.751 | 2.139 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | |
| Acrescimo de imobilizado | (6) | (6) |
| Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento | (6) | (6) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Pagamento de dividendos | (1.170) | (1.433) |
| Caixa Líquido gerado pelas atividades de financiamento | (1.170) | (1.433) |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | 581 | 700 |
| Início do exercício | 5.389 | 4.689 |
| Final do exercício | 5.970 | 5.389 |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | 581 | 700 |
| Demonstração dos Valores Adicionados Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 (Em MR\$) | | |
| RECEITA | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Receita | 3.907 | 6.905 |
| Insuamos Adquiridos de Terceiros | | |
| Custos | - | 452 |
| Materiais / Serviços de terceiros | (1.206) | (1.277) |
| Depreciação / Amortização | (3) | (3) |
| Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade | 2.698 | 6.077 |
| Valor Adicionado Recebido em Transferência | 375 | 342 |
| Valor Adicionado Total a Distribuir | 3.073 | 6.419 |
| Distribuição do Valor Adicionado | | |
| Pessoal | | |
| Remuneração direta | 590 | 430 |
| Benefícios | 52 | 128 |
| FGTS | 36 | 55 |
| 678 | 613 | |
| Impostos, taxas e contribuições | | |
| Federais | 915 | 406 |
| Estaduais | 12 | 2 |
| 927 | 408 | |
| Remuneração de capitais de terceiros | | |
| Arrendamentos e alugueis | 30 | 17 |
| Juros | 4 | - |
| Outros | 62 | - |
| 96 | 17 | |
| Remuneração de capitais próprios | | |
| Lucro do exercício | 1.372 | 5.381 |
| TOTAL | 3.073 | 6.419 |

na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **(a) Ativos financeiros não derivativos:** Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Cia. são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e ativo financeiro indenizável. **(b) Passivos financeiros não derivativos:** Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Cia. são: fornecedores e demais contas a pagar. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **(c) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **2.4 Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica

Continuação



LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
CNPJ/MF 19.698.987/0001-98

usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculada a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º/01/2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo de contrato, por terem direito a contraprestação ainda condicionados à satisfação de outra obrigação de desempenho.

2.7 Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cia. e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cia. possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.

2.8 Tributação e encargos regulatórios: Em 2019, a Cia. manteve a opção pela tributação pelo lucro presumido, cuja base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada por meio da aplicação do percentual de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta, sobre os ganhos de capital e demais receitas. Conforme facultado pela legislação tributária, até o exercício de 2016, a Cia. optou pela tributação do lucro real anual com estimativas mensais. Sendo assim, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, para a estimativa mensal, foi calculada por meio da aplicação do percentual sobre a receita bruta e sobre os ganhos de capital e demais receitas. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 60.000 no período de três meses e compensados os prejuízos fiscais existentes, reconhecidos pelo regime de competência. A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, também considerando a compensação de bases negativas, reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Além do Imposto de Renda e da Contribuição Social, a receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS à alíquota de 3,65%. • Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL. • As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12. Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado. Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

2.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecer os valores em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.10 Demonstrações dos fluxos de caixa: A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

2.11 Distribuição de dividendos: A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Cia. prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Cia. registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

2.12 Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.13 Informações por segmento: A Cia. não possui diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentada qualquer informação por segmento.

3. Novas normas e interpretações efetivas a partir de 01/01/2019 - Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados pelo CPC, que passam a vigorar a partir do exercício iniciado em 1º/01/2019: • CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC e equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1)), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º/01/2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1). A Cia. possui baixo volume com contratos de arrendamentos, cujos valores não são representativos. Não houve impactos significativos nas demonstrações financeiras com a adoção do CPC 06 (R2).

• Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017 - CPC 32 - Tributos sobre o lucro - As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às

distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu estas transações ou eventos passados. Embora o CPC tenha sido atualizado pela revisão nº 13, pela legislação tributária brasileira essa melhoria não é aplicável à Cia. • Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda - A interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários temporários e alíquotas de imposto; e (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. No exercício de 2019 a Cia. avaliou e entendeu que não existe nenhuma incerteza com relação a situação fiscal.

4 Caixa e equivalentes de caixa:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|--------------|--------------|
| Caixa e Bancos conta movimento | 2 | 4 |
| Aplicações financeiras - RF CP Empresa Agil (a) | 5.968 | 5.385 |
| Total | 5.970 | 5.389 |

(a) As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31/12/2019, a aplicação financeira referente à RF CP Empresa Agil teve sua rentabilidade nos últimos 12 meses à taxa de 5,42%. Essas aplicações estão classificadas como disponíveis para negociação e refletem nas datas do balanço, o valor de mercado.

5 Impostos a recuperar: Em 31/12/2019, o valor de R\$ 424 (R\$ 324, em 31 de dezembro de 2018), classificado como imposto a recuperar, é referente ao imposto de renda retido na fonte quando do resgate de aplicações financeiras, e aos tributos retidos sobre faturamentos, adicionados à correção monetária pela taxa Selic atualizada mensalmente. Estes valores serão compensados com os impostos apurados anualmente e no encerramento do exercício.

6 Ativos de contrato: O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Cia. (Operadora) regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Cia., onde: ► O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar; ► O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. ► Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e ► O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela remuneração anual permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos do Contrato de Concessão, cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo poder concedente. A posição do ativo de contrato, em 31/12/2019 e 2018, está demonstrada conforme a seguir:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--------------------------|---------------|---------------|
| Ativo de contrato | | |
| Serviços de construção | 46.605 | 44.132 |
| Amortização | (9.905) | (6.858) |
| Total líquido | 36.700 | 37.274 |
| Circulante | 3.048 | 3.048 |
| Não circulante | 33.652 | 34.226 |
| Total | 36.700 | 37.274 |

Os valores referentes aos recebimentos de RAP a serem amortizados nos doze meses seguintes estão classificados no Ativo circulante.

7 Fornecedores:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---------------------------------------|--------------|--------------|
| FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S.A. | 138 | 110 |
| CENTRAIS ELETRICAS DE GOIAS - CELG GT | 27 | 659 |
| SAE TOWERS | 440 | 591 |
| FORNECEDORES DIVERSOS | 207 | 36 |
| QUEIROZ E RIOS | - | 61 |
| PROJETOS EM FASE DE CONCLUSÃO | 1.079 | 1.080 |
| Total | 1.891 | 2.537 |

8 Impostos diferidos:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|-----------------------|--------------|--------------|
| Descrição | | |
| IR diferido passivo | 922 | 850 |
| CSLL diferida passiva | 558 | 560 |
| Total | 1.480 | 1.410 |

| | | |
|------------------------------|--------------|--------------|
| (-) IR sobre prejuízo fiscal | (193) | (193) |
| (-) CSLL sobre base negativa | (78) | (78) |
| Total líquido | (271) | (271) |
| | 1.209 | 1.139 |

9 Partes relacionadas: Em 31/12/2019 a Cia. apresentou as seguintes operações com partes relacionadas: **9.1 Remuneração de administradores:** Em 31/12/2019, a remuneração dos Administradores foi de R\$ 63 (R\$ 69 em 2018). **9.2 Operações comerciais:**

Partes relacionadas

| Natureza da operação | 31/12/19 | 31/12/18 | |
|---------------------------------|---------------------------------|-----------|-----------|
| Furnas Centrais Elétricas | Contas a receber de faturamento | 10 | 11 |
| Celg Geração e Transmissão S.A. | Contas a receber de faturamento | 5 | 4 |
| | | 15 | 15 |

Passivo

| | | | |
|---------------------------------|-----|--------------|--------------|
| Furnas Centrais Elétricas | O&M | (131) | (110) |
| Furnas Centrais Elétricas | CCI | (7) | - |
| Celg Geração e Transmissão S.A. | O&M | (27) | (659) |
| | | (165) | (769) |

Resultado

| | | | |
|---------------------------------|------------------------|------------|------------|
| Receita | | | |
| Furnas Centrais Elétricas | Receita de faturamento | 124 | 122 |
| Celg Geração e Transmissão S.A. | Receita de faturamento | 55 | 61 |
| | | 179 | 183 |

Custo/despesa

| | | | |
|---------------------------------|-----|--------------|--------------|
| Furnas Centrais Elétricas | O&M | (127) | (161) |
| Furnas Centrais Elétricas | CCI | (82) | - |
| Celg Geração e Transmissão S.A. | O&M | (435) | (280) |
| Celg Geração e Transmissão S.A. | CCI | (89) | - |
| | | (733) | (441) |

10 Patrimônio líquido: (a) Capital social: Em 13/01/2016, conforme Ata da 18ª Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 10/12/2015, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 3.250 (três milhões, duzentos e cinquenta mil reais), proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 3.250.000 (três milhões, duzentos e cinquenta mil) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 17.406 (dezesete milhões, quatrocentos e

seis mil reais), para R\$ 20.656 (vinte milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais). Em 04/03/2016, conforme Ata da 20ª Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 15/02/2016, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 2.000 (dois milhões de reais), proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 2.000.000 (dois milhões) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 20.656 (vinte milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais), para R\$ 22.656 (vinte e dois milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais). Em 04/04/2016, conforme Ata da 20ª Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 15/02/2016, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 2.000 (dois milhões de reais), proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 2.000.000 (dois milhões) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 22.656 (vinte e dois milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais), para R\$ 24.656 (vinte e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais). Em 07/06/2016, conforme Ata da 22ª Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 13/05/2016, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 4.000 (quatro milhões de reais), proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 4.000.000 (quatro milhões) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 24.656 (vinte e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais), para R\$ 28.656 (vinte e oito milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais). Em 31/12/2016, conforme Ata da 23ª Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 23/09/2016, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 4.000 (quatro milhões de reais), proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 4.000.000 (quatro milhões) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 28.656 (vinte e oito milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais), para R\$ 32.656 (trinta e dois milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais). Em 22/12/2016, conforme Ata da 25ª Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 14/12/2016, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 2.500 (dois milhões e quinhentos mil reais), proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 2.500.000 (dois milhões e quinhentas mil) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 32.656 (trinta e dois milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais), para R\$ 35.156 (trinta e cinco milhões, cento e cinquenta e seis mil reais). Em 31/12/2019, o capital social subscrito e integralizado da Cia. é de R\$ 35.156 (trinta e cinco milhões, cento e cinquenta e seis mil reais), dividido em 35.156.000 (trinta e cinco milhões, cento e cinquenta e seis mil) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, sem valor nominal, pela CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. e FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A., na proporção de 50,10% e 49,90%, respectivamente. O capital social subscrito da Cia. está composto da seguinte forma:

| | 31/12/2019 | |
|---------------------------------|---------------|-------------|
| R\$ Participação | | |
| Celg Geração e Transmissão S.A. | 17.613 | 50,10% |
| Furnas Centrais Elétricas S.A. | 17.543 | 49,90% |
| | 35.156 | 100% |

(b) **Reserva legal** - A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações. (c) **Dividendos** - Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% do saldo remanescente após o cálculo da reserva legal, e das reservas de contingência e reserva de lucros a realizar, calculado nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. **11 Receita operacional líquida:**

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|-------------------------------------|--------------|--------------|
| Receita Operacional Bruta | | |
| Receita de Construção | - | 3.172 |
| Rendimentos sobre ativo de contrato | 2.473 | 2.484 |
| Receita de O&M | 1.433 | 1.424 |
| Deduções da Receita Bruta | | |
| Pis | (107) | (31) |
| Cofins | (495) | (144) |
| Receita Operacional Líquida | 3.304 | 6.905 |

12 Resultado financeiro:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|------------------------------------|------------|------------|
| RECEITAS FINANCEIRAS | 375 | 347 |
| Receitas de aplicações financeiras | 319 | 330 |
| Variações monetárias | 16 | 13 |
| Outras receitas financeiras | 40 | 4 |
| DESPESAS FINANCEIRAS | (7) | (5) |
| Juros e multas | (4) | (4) |
| Despesas financeiras | (3) | (1) |
| Resultado financeiro | 368 | 342 |

13 Instrumentos financeiros:

13.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|-----------------------------------|------------|--------------|
| Ativos financeiros | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5.970 | 5.389 |
| Concessionárias e permissionárias | 397 | 434 |
| Impostos a recuperar | 424 | 324 |
| | 821 | 6.147 |

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável. Os principais passivos financeiros da Cia., em 31/12/2019, são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|-----------------------------|--------------|--------------|
| Passivos financeiros | | |
| Fornecedores | 1.891 | 2.537 |
| Salários e encargos | 59 | 75 |
| Obrigações fiscais | 99 | 84 |
| Impostos diferidos | 1.209 | 1.139 |
| | 3.258 | 3.835 |

13.2 Gestão de risco: As operações financeiras da Cia. são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Cia. são: (a) **Riscos de mercado** - A utilização de instrumentos financeiros pela Cia. tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Cia. não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Cia. e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros de mercado. A Cia. também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. (b) **Riscos ambientais** - As instalações da Lago Azul, constituídas pela linha de transmissão e pelos módulos de entrada de linha nas subestações terminais, não dispõem de equipamentos de transformação ou compensação, encontra-se em fase de operação comercial. Por essa razão e pelas suas características os níveis de impacto ao meio ambiente são muito baixos, levando a que o potencial para passivos contingentes/ obrigações referentes a custos ambientais e de limpeza/despoluição seja praticamente nulo. **13.3 Avaliação dos instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. **14 Seguros:** A política de seguros da Cia., no que tange a cobertura de ativos próprios e de terceiros alugados pela empresa, está de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro atuais, sob reavaliação.

Contador: Ronaldo Borges Andrade - CRC-RJ 0519270-8.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis: Aos Diretores e aos Acionistas da LAGO AZUL Transmissão S.A. - Rio de Janeiro - RJ. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da LAGO AZUL Transmissão S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia. em 31/12/2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cia., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31/12/2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Cia. e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Cia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Cia. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia.; • Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia.. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 20/02/2020. RUSSELL BEDFORD BRASIL - Auditores Independentes S/S - 2 CRC RS 5.460/O-0 TT SP. Luciano Gomes dos Santos - Contador 1CRC RS 059.628/O-2 - Sócio Responsável Técnico

Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2019: Os membros do Conselho Fiscal da Lago Azul Transmissão S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras e do Relatório Anual da Administração referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais efetuados pela Administração e pelo Contador, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes Russel Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, emitido sem ressalvas, em 20 de fevereiro de 2020, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinaram favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Rio de Janeiro, 17 de março de 2020. Fabio Ribeiro Pizzo. Ednilson Alves da Silva.